



Ciência e meio ambiente:
urgências para o ensino
de jornalismo

22º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo
e IV Congresso de Jornalismo da Amazônia

De 25 a 28 de Abril de 2023

local: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Manaus/AM



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

NECESSIDADE DA EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO EM JORNALISMO: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO TELEVISIVA E O SENSACIONALISMO

Autora: Núbia da Cunha Simão. Mestre em Comunicação pela Faculdade de Informação e Comunicação na Universidade Federal de Goiás FIC- UFG, Especialista em Economia pela Universidade Estadual de Goiás, Jornalista graduada na Faculdade de Informação e Comunicação na Universidade Federal de Goiás FIC- UFG, Economista graduada pela Universidade Estadual de Goiás –UEG. Docente do curso de Publicidade e Propaganda da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO. Professora Pesquisadora Pró-reitoria de Extensão e Pesquisa- PROPE- PUC-GO. Coordenadora do Programa de Extensão em Direitos Humanos- PUC-GO. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9575034173768476>. E-mail: nubiasimao@gmail.com

RESUMO

Propõe-se neste artigo estabelecer uma relação entre a formação em jornalismo e a importância da extensão universitária, em Direitos Humanos, tendo em vista as experiências de campo e de pesquisa bibliográfica vivenciados com estudantes da Escola de Comunicação no programa de Extensão em Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Busca-se as fronteiras que englobam a produção jornalística televisiva e o sensacionalismo, enquanto violação de direitos humanos. Observa-se a busca de audiência por meio de sensações, redundância imagética e os conteúdos fragmentados, explorando-se quase sempre a violência, optando-se por uma linguagem vulgar, que quase sempre contraria os direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo. Extensão. Direitos Humanos. Televisão. Sensacionalismo.

1. DA COMUNICAÇÃO À MUDIATIZAÇÃO E A DISPUTA POR AUDIÊNCIA

A comunicação é a responsável pela sobrevivência humana. Tal habilidade está ligada a busca de meios para se abrigar, o que comer e como escapar das intempéries e ameaças naturais ou de outros grupos humanos. Além disso, foi pelo

desenvolvimento comunicacional que a memória pode ser registrada e mais tarde repassada enquanto herança cultural, imperioso notar tal correlação com o aprimoramento e a precisão tecnológicas ao longo do tempo.

Comunicação é, acima de tudo trocar saberes. (Bourdieu, 1989) Num processo relacional em determinado contexto cada ente em uma determinada situação sócio-histórica e também simbólica ocupa um lugar de poder, é desse lugar de poder que a fala acontece e é portanto sujeita a diversas influencias que não são, seu conteúdo em si.

Além do caráter simbólico da fala a comunicação abrange ainda o corpo e seus inúmeros movimentos e nuances expressivas imensuráveis, os ruídos e o não dito. Mas, detendo-se na comunicação humana, a voz, originada de um corpo, pode com o passar dos anos, ser então, com o advento das mídias e tecnologias de comunicação, veiculada. A escrita, as impressões e seus tipos gráficos, equipamentos de telex, telégrafos, radiofônicos, televisivos, e na rede mundial de computadores, numa espécie de convergência (Thompson, 2001).

Num resgate histórico é possível evidenciar que até boa parte do século XVIII prevaleceu a comunicação puramente oral. Com o advento da Revolução Industrial, o nascimento das cidades, o trabalho fabril e o impedimento organizacional das reuniões comunitárias, muitas vezes devido ao horário de trabalho extenuante, o que dificultou sobremaneira, a comunicação oral.

Nesse contexto, a própria necessidade de organização do capital suscitou o nascimento de outra indústria, a da comunicação. O nascimento dos folhetins lidos em praça pública e ouvidos pela multidão de analfabetos, deu origem ao processo de mediação da comunicação, cujas expressões políticas e econômicas são marcas que influenciam desde então tanto sua produção, como distribuição e recepção (Thompson, 2001).

Porém, é só no início do século XIX, com o aparecimento, próprio a qualquer indústria, dos concorrentes que tem início a disputa por público, tão comumente denominada de “briga por audiência”, na qual os veículos de comunicação, disputam legitimidade, autoridade, precisão, objetividade, mas é justamente neste período que

o uso da dramatização dos acontecimentos, o qual denominamos sensacionalismo (Bourdieu, 1989).

(o campo jornalístico) é o

[...] o campo jornalístico é o lugar de oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os valores ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria materializado no número de receitas, leitores, de ouvintes ou de telespectadores, portanto, na cifra da venda (Best-sellers) e no lucro em dinheiro, sendo a sanção do plebiscito, nesse caso, inseparavelmente um veredito do mercado. (BOURDIEU, 1997, p.105)

Há inevitavelmente uma influência do capital mercantil sobre a produção jornalística. Tal dependência influencia sobremaneira em suas rotinas produtivas, até então plenamente compartilhadas, tais como trazer a informação em primeira mão, o dito “furo jornalístico”, produzir em determinado tempo, com horário máximo de divulgação para dada informação, “dead line”, a produção de conteúdos baseada em pesquisas no que outros veículos de comunicação estão produzindo e veiculando.

Para Bourdieu (1997, p.107) a idéia de dar a notícia antes dos demais veículos “denomina concorrência pela prioridade (...) que atrai e favorece os agentes dotados de disposições profissionais que tendem a colocar toda a prática jornalística sob o signo da velocidade (ou da precipitação) e da renovação permante”.

Tal velocidade de exposição da informação determina o maior ou menor potencial de audiência. Para a audiência seu interesse ainda é, o de informação como se estivesse presente ao fato, numa falsa idéia de vivência coletiva da realidade e de seleção de importância comunitária. Ideia reforçada por Bourdieu (1997) “favorece uma espécie de amnésia permanente que é o avesso negativo da exaltação da novidade e também uma propensão a julgar os produtores e os produtos segundo a oposição do (novo) e do (ultrapassado)”.

As informações úteis também, tem em si uma utilidade social, a exemplo de um desvio por conta de uma nova obra da prefeitura, assim obviamente, informado horas depois de já ter pego um grande congestionamento, o indivíduo, invalidaria a necessidade da informação em si, pois o seu interesse poderia ser o de justamente, mudar a rota e não perder horas no trânsito.

Uma grande problemática seria a superficialidade das abordagens jornalísticas, muito mais concentradas em “fazer o curto”, “fazer simples” e no uso de fórmulas e técnicas que facilitariam o “vender bem” e rápido.

E os jornalistas são sem dúvida tanto mais propensos a adotar o critério do índice de audiência na produção (“fazer simples”, “fazer curto”, etc) ou na avaliação dos produtos e mesmo dos produtores (“passa bem na televisão”, “vende bem”, etc) quando ocupem uma posição mais elevada (diretores de emissora, redatores-chefe etc) em um órgão mais diretamente dependente do mercado (uma emissora de televisão comercial por oposição a uma emissora cultural etc).” (BOURDIEU, 1997, p.105).

A par disto tem-se que ainda uma outra fonte de financiamento da indústria midiática são os anúncios publicitários, portanto, os melhores indicadores de audiência são responsáveis por valorizar financeiramente o valor pago pelas cotas de publicidade comercializadas pelos veículos, o que retroalimenta a ideia de observar o conteúdo da concorrência em sua produção.

Diante do breve exposto fica evidente que há na lógica de produção mercantil do jornalismo uma dependência financeira, e portanto, estrutural, cujo cerne está em sua atividade e rotinas produtivas alinhadas com disputas de audiência e anunciantes. Concorrendo, portanto, para um grande problema social ao buscar informações em veículos de grande audiência, as pessoas tendem a criar juízos de valor para sua atuação e inserção social, formulando por exemplo, idéias políticas e econômicas.

2. TELEVISÃO, CIDADANIA E O SENSACIONALISMO

O direito à comunicação é um dos principais instrumentos de acesso à cidadania, de acordo com Marques de Melo (1984). A mídia tornou-se uma parte significativa da experiência humana contemporânea, mediando quase toda a vivência social. Os telejornais são importantes fontes de informação e entendimento da

dinâmica social e política, mas também são espaços de entretenimento que geram sensações, conforme exposto por Thompson (1998).

O telejornalismo é percebido como um espelho do social, uma fonte de discussão interpessoal e atuação na sociedade, conforme Sodré (1992). No entanto, a objetividade característica do jornalismo do século XVIII e início do século XIX sofreu mutação com o surgimento da TV e da exploração da imagem, tornando-se algo difícil de ser alcançado.

No Brasil, as emissoras de televisão estão atreladas a algumas famílias que possuem interesses pessoais e políticos que inviabilizam a objetividade e neutralidade na comunicação, tornando-as praticamente monopólios, como descrito por Bourdieu (1989). Embora haja regulamentação para evitar irregularidades e garantir a pluralidade de informação, a falta de mecanismos sociais para fiscalização torna isso insuficiente, conforme Lima (2009).

A propriedade cruzada, que permite que uma única família ou grupo de empresários controle emissoras de rádio e televisão, além de jornais e revistas, é um atentado à democracia. Isso ocorre devido à vinculação dos grandes grupos de comunicação com lideranças políticas regionais e locais, que impedem a democratização da comunicação e a diversidade de informações, o que é necessário para a opinião pública autônoma e, portanto, a democracia plena. É preciso destacar que a veiculação televisiva é onerosa em sua essência, exigindo investimentos financeiros contínuos.

A vinculação dos grandes grupos de comunicação com lideranças políticas regionais e locais são alguns dos problemas que impedem a democratização da nossa comunicação. E sem ela não haverá diversidade e pluralidade de informações, vale dizer, opinião pública autônoma e, portanto, democracia plena. (LIMA, 2009, p. 93)

Ainda precisa-se dar enlevo, a que a transmissão televisiva é inerentemente dispendiosa. Produzir televisão requer tecnologia para criar, transmitir e armazenar conteúdo. O elevado nível de tecnologia necessita de investimentos financeiros constantes. Além disso, há peculiaridades na produção comercial de notícias, como

rotinas de produção extremamente atípicas, como a transmissão da informação em primeira mão, o tempo de produção do material e o prazo limite para inclusão de conteúdo.

Os limites da representação do real impostos ao telejornal começam pelo fato dele ser um produto vendido a dois públicos diferentes: um público genérico, que assiste o te-lejornal em suas casas ou locais diversos- o telespectador, e outro público diferenciado, que atua como financiador das produções televisivas – o anunciante. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 116).

Logo, compreender a relação entre público e anunciante é essencial para entender o produto telejornal. A mídia anunciada pelo anunciante (uma das principais fontes de financiamento para as emissoras) busca capturar a atenção do telespectador que assiste à televisão. Ao anunciar na televisão, o anunciante adquire a credibilidade conquistada muitas vezes pelos telejornais da emissora, que agregam valor ao produto oferecido. Em geral, nos horários nobres das grades de programação das emissoras - ou seja, os mais caros - encontram-se os intervalos comerciais dos telejornais com maior audiência, criando assim uma problemática circular.

3. A FORMAÇÃO EM JORNALISMO E A EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS

A importância da formação em jornalismo na extensão universitária é evidenciada pela necessidade de preparar os alunos de jornalismo para atuar em prol da consolidação da cidadania e promoção dos direitos humanos. A vivência na extensão é fundamental para que o acadêmico possa perceber as realidades não pautas por conta das características próprias do campo jornalístico e da televisão em si. Muitas realidades sociais e emergenciais não estão em pauta, seja, como já exposto por falta de audiência, pois não é furo, não é dado por outras emissoras, entre outras inúmeras características que o impedem de ser veiculado.

Assim, enquanto proposta de extensão, o Programa de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PDH/PUC-GO) propõe ações para fortalecer os direitos e garantias fundamentais, além de contribuir para a formação crítica e reflexiva dos estudantes sobre o campo dos direitos.

O programa busca parcerias com entidades governamentais e não governamentais para fortalecer a consolidação dos direitos humanos em benefício da sociedade. Atualmente estão em vigência via termo de cooperação técnica, a parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Igualdade Racial de Goiânia, Secretaria Estadual de Cidadania do Estado de Goiás, Pastoral dos Migrantes, Pastoral da Criança, Grupo de mulheres Negras Malunga, e há outras parcerias em tramitação, aguardando assinatura de termos. O programa é composto por professores, que recebem carga horária e estudantes voluntários, conforme seleção por edital.

A organização do programa ocorre via projeto político pedagógico próprio, ligado a Coordenação de Extensão e por conseguinte a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEX-PUC GOIÁS). Tal projeto estipula a atuação do programa em três frentes de atuação: Comunicação e Direitos Humanos, Educação e Direitos Humanos e Políticas Públicas e Direitos Humanos.

O Eixo Comunicação e Direitos Humanos tem como objetivo articular ações e atividades de educação em direitos humanos por meio dos processos comunicativos, produzir materiais audiovisuais e utilizar as mídias sociais como canal de promoção dos direitos humanos. O direito à comunicação é um dos direitos fundamentais do homem, o que está expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo 19.

O Eixo Educação e Direitos Humanos visa discutir temas relacionados aos direitos humanos e produzir trabalhos para eventos científicos. A Educação em Direitos Humanos é uma das mediações fundamentais para o acesso ao legado histórico dos direitos humanos e é destaque nas políticas do PDH da PUC Goiás.

A relação entre educação e direitos humanos é de extrema importância para a promoção da cultura da paz e da dignidade humana. Para alcançar esse objetivo, o Grupo de Estudo irá realizar discussões sobre temas relacionados aos direitos

humanos e produzir trabalhos para apresentação em eventos científicos de áreas afins. Além disso, será realizada a produção de pesquisas que contribuirão para a educação em direitos humanos.

O objetivo principal do eixo é promover a educação em direitos humanos, que é uma das mediações fundamentais para o acesso ao legado histórico dos direitos humanos, bem como à sua historização atual e à universalização da dignidade humana por meio de ações afirmativas e práticas sociais efetivas. A cultura dos direitos humanos é essencial para as transformações sociais necessárias no Brasil.

Portanto, é importante reconhecer que a educação é um dos direitos humanos fundamentais e que a educação em direitos humanos como uma parte crucial desse conjunto de direitos. Esse reconhecimento é fundamental para a promoção da cultura da paz e da dignidade humana.

De acordo com Benevides (2007), há pouco mais de cem anos vivíamos sob o regime da Casa Grande e Senzala, onde nossos antepassados defendiam a escravidão como algo "natural". Como herdeiros desse crime hediondo, ainda sofremos com uma mentalidade que desconhece ou minimiza os Direitos Humanos. Benevides (2007) destaca a importância da difusão do conhecimento acerca dos Direitos Humanos, mesmo que eles já estejam garantidos legalmente. Para isso, ela propõe uma campanha de esclarecimento nos meios de comunicação e um compromisso com a educação em Direitos Humanos nas escolas e outros espaços públicos.

Uma vigorosa campanha de esclarecimento, nos meios de comunicação, do significado dos direitos humanos, associados à justiça social e à democracia, e um compromisso com a educação em direitos humanos, nas escolas, e em outros espaços públicos, desse já. (BENEVIDES, 2007, p. 347).

O PDH da PUC Goiás tem como objetivo a Educação em Direitos Humanos, que parte de três pontos principais: ser permanente, contínua e abrangente; buscar uma mudança cultural; e atingir corações e mentes. O Eixo de atuação político-pedagógica prevê a realização de atividades permanentes, como o Grupo de Estudo, Roda de Conversa, Palestras, debates, encontros e seminários.

A exemplo de suas atividades em 2023 está sendo ministrado um curso em parceria com a Secretaria Municipal de Educação em Mídia, violência, direitos humanos e cinema para os professores, professoras, funcionários e funcionárias da rede municipal de Goiânia, o curso ministrado pelas professoras que atuam no programa conta com a monitoria dos acadêmicos do curso de Jornalismo.

O terceiro Eixo de atuação é voltado para Políticas Públicas em Direitos Humanos, que busca a promoção dos direitos humanos como componente essencial para a democracia. Em coerência com documentos legais que organizam as estratégias de operacionalização, o PDH propõe o debate, a reflexão e a definição nas diversas políticas públicas e projetos sociais, visando a consolidação e qualificação das relações estabelecidas.

O objetivo do eixo consiste em fortalecer os Direitos Humanos por meio da articulação e participação com Secretarias Federais, Estaduais e Municipais, bem como com diversos Segmentos Sociais, a fim de aprimorar as atividades relacionadas às Políticas Públicas. Esse eixo é baseado nas reflexões sobre o texto-base para a construção do Plano Municipal de Direitos Humanos de Goiânia, desenvolvido em durante a Conferência Municipal de Direitos Humanos.

A participação democrática é um dos principais pilares desse eixo, construída por meio da interação entre órgãos do Estado e a sociedade civil, resultando em avanços significativos na interlocução de setores do poder público com toda a diversidade social, cultural, étnica e regional característica dos movimentos sociais no país. O fortalecimento dos mecanismos da sociedade por meio do diálogo e da integração é fundamental para a promoção e proteção dos Direitos Humanos, sendo essa participação vista pelo PDH como a materialização da democracia.

Algumas das ações permanentes incluem o acompanhamento do Pop de Rua (Comitê Goiano Inter setorial da População em Situação de Rua), participação em fóruns, conferências, conselhos e audiências públicas sobre direitos humanos, realização de atividades em parceria com outros programas de extensão da PUC Goiás, participação em comissões, fóruns e conselhos de direitos humanos, além da promoção de atividades científicas, como eventos e congressos.

Neste ano por exemplo, estão ocorrendo os eventos mensais de Dignidade na Rua, uma espécie de mutirão de serviços, tais como vacina, banho e higiene pessoal, alimentação, atendimento jurídico, acolhimento psicológico e os estudantes de jornalismo estão atuando registrando a memória e as histórias de vida da população em situação, evidenciando sua necessidade e dando visibilidade a causa.

4. CONSIDERAÇÕES PARA AVANÇAR

De acordo com Bourdieu (1997), tem sido observada a interferência de poderes econômicos mediatizados pela mídia no universo da ciência mais pura. Isso ressalta a necessidade de se estabelecerem legislações públicas para regular o veículo televisão, principalmente em relação à monetização no interior dos campos e à exposição de certos membros como autoridades sobre determinados assuntos.

É comum que esses agentes repitam lugares-comuns e preconceitos, o que não contribui para provocar mudanças no pensamento do público e pode até mesmo funcionar como uma "cola social" que mascara as origens sociais, políticas e econômicas dos conflitos. Isso leva à negligência das estruturas que precisam ser repensadas pelo telespectador.

A nebulosidade gerada sobre as estruturas está relacionada a um uso superficial de conteúdo. É preciso ter cuidado para não se servir do conhecimento das leis do meio apenas para tornar as estratégias mais eficazes ou das tendências apenas para combatê-las, mas sim buscar um conhecimento mais profundo e clínico.

Em outras palavras, ao invés de aproveitar a contribuição dos diversos atores para a mudança do mundo, a mídia, especialmente a televisão, opta por dar voz a agentes que contribuem para manter a situação como está. Isso resulta em graves desigualdades sociais, como a falta de qualidade nas escolas, por exemplo, que são problemas visíveis. Há uma cegueira em relação à falta de estruturas, principalmente na cobertura dos acontecimentos nos subúrbios das grandes cidades. Apesar de uma observação atenta da vida cotidiana nesses lugares ser mais esclarecedora, a maioria

dos jornalistas concentra-se na violência, que é mais espetacular e, portanto, excepcional.

Eles misturam explicações colhidas pela imprensa, abusos policiais, desocupação dos jovens, delinquência, e a falta de infraestrutura para esportes e lazer, como causas dessas desordens. A falta de reflexão sobre os fatos cotidianos impede que grande parte da sociedade reflita sobre fenômenos complexos, como a globalização e a adoção do modelo político-econômico neoliberal, por exemplo, e acaba por colocar a responsabilidade dos problemas socialmente estabelecidos sobre o indivíduo.

A fase conhecida como "retorno do individualismo", é influenciada pela televisão, que funciona como uma profecia auto-realizável que ameaça destruir os fundamentos filosóficos do Estado de bem-estar social e, em particular, a noção de responsabilidade coletiva, como na situação de acidentes de trabalho, doenças ou miséria, que é uma conquista fundamental do pensamento social e sociológico. Os telejornais em todo o mundo contribuem para esse retorno ao indivíduo, permitindo a "culpabilização da vítima", responsabilizando-a unicamente por sua situação e incentivando a "autoajuda", tudo sob o pretexto de reduzir os encargos sociais do governo (BOURDIEU, 1998, p. 16).

Ou seja, em lugar de se apropriar do que os diversos agentes têm para oferecer para a transformação do mundo, a mídia, especialmente a televisão opta por dar voz a agentes que vão colaborar para que a situação permaneça como está. Terríveis desigualdades so-ciais, por exemplo, uma escola de péssima qualidade, para se mencionar os problemas mais visíveis. Cegueira sobre a falta das estruturas, visível sobretudo, na cobertura dos acontecimentos localizados nos subúrbios das grandes cidades: Mesmo se a observação atenta da vida comum nesses subúrbios, com seus problemas cotidianos, for mais escla-recedora, a maioria dos jornalistas tendem a se concentrar na violência, a mais espetacu-lar, e por isso, excepcional. (...) e a dar de modo misturado, como causas dessas desordens, as explicações colhidas pela imprensa, os abusos policiais, a desocupação dos jovens, a delinquência,(...) a falta de infraestrutura para esportes e lazer. (...) (CHAMPANHE in BOURDIEU, 2003, p. 69).

É importante lembrar que, na busca por audiência, os telejornais tendem a buscar profissionais que atuem como verdadeiros animadores, transformando fatos sociais em sensações individuais por meio de expressões faciais e gestuais, em um movimento de baixa racionalidade que pode levar à barbárie. O humor é substituído pela raiva momentânea, o que pouco contribui para a mudança nas estruturas mentais e no pensamento. A busca pelo sensacionalismo pode resultar em mobilização puramente sentimental e caricata, ou igualmente passionais, porém agressivas e próximas do linchamento simbólico, reafirmando preconceitos e sem nenhum aprofundamento capaz de produzir algo novo ou transformar o existente (BOURDIEU, 1997, p. 74)

É crucial denunciar o papel da televisão e dos jornalistas na construção simbólica das políticas econômicas como uma necessidade compartilhada pela sociedade. Como disse Bourdieu, "Foi armando-se da matemática (e do poder da mídia) que o neoliberalismo se tornou a forma suprema da sociodiceia conservadora" (1998, p. 50). Infelizmente, muitos eventos que ocorrem em áreas marginalizadas e que deveriam ser tratados como problemas sistêmicos são apresentados pelos telejornais como problemas individuais, ignorando a falta de políticas públicas e as consequências do modelo político-econômico.

Bourdieu (1997) defende a incorporação dos custos sociais das decisões econômicas nos cálculos econômicos e a participação de acadêmicos dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda no programa de Direitos Humanos para desmistificar os mecanismos que conformam o campo jornalístico e orientar racionalmente a ação. Entre 2014 e 2019, 92 acadêmicos de jornalismo e 25 de Publicidade e Propaganda participaram do programa e há esforços para aumentar a participação desses acadêmicos por meio de estágios e voluntariado.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. **Direitos Humanos: Desafios para o século XXI**. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et. al. (Orgs). Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. P. 59-73.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato. (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983)

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean- Claude. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CANELA, G. **Mídia e Políticas Públicas de Comunicação**: uma análise empírica da imprensa brasileira. Páger apresentado no Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

ORTIZ, Renato (org). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983, in: SIMÃO, Núbia da Cunha. O campo jornalístico: sobre a televisão e sua influência. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; PESSOA, Jadir de Moraes (orgs.) **Pesquisar com Bourdieu**. Goiânia-GO: Cênone Editorial, 2013.

SIMAO, Núbia da Cunha; TEMER, Ana Carolina Pessoa Rocha. **A construção da notícia na TV sob a lógica das rotinas produtivas: um espetáculo contra a cidadania**. In: Congresso de Ciências da Comunicação da Região Centro Oeste,

2010, Goiânia. Anais do XII congresso de Ciências da Comunicação da Região Centro Oeste. São Paulo: Intercom, 2010.

SIMÃO, Núbia da Cunha. **O campo jornalístico: sobre a televisão e sua influência.** In:

OLIVEIRA, João Ferreira de; PESSOA, Jadir de Moraes (orgs.). **Pesquisar com Bourdieu.** Goiânia-GO: Cãnone Editorial, 2013.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco.** Rio de Janeiro: MAUAD, 1992.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado!** Violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo:

Cortez, 2002.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.